

Mesmo assim eu quero esquecer! – Entre memória e esquecimento da saúde mental em Goiás no jornal O Popular (1995-1999)

Still I want to forget! – Between memory and forgetfulness of mental health in Goiás in jornal O Popular (1995-1999)

Éder Mendes de Paula

Professor Doutor do curso de História na Universidade Federal de Jataí. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira / Cnpq.

Resumo: O presente texto concentra-se no estabelecimento da trajetória da disputa pelo terreno onde ficava o Hospital Psiquiátrico Aduato Botelho em Goiânia, pois, tal questão, implica no conflito a respeito da orientação de se produzir o esquecimento a respeito das representações e práticas em torno do sanatório e/ou possibilitar elementos para a memória da saúde mental no estado de Goiás através do tombamento do prédio. Lançando mão dos conceitos e categorias da História Cultural, foram utilizadas como fonte, reportagens do Jornal O Popular de Goiânia entre os anos de 1995 a 1999. O periódico foi escolhido por ter a maior circulação no estado de Goiás e, pelo seu histórico, estar aliado aos discursos dos dirigentes do Estado. Assim, as reportagens foram analisadas no seu contexto, compreendendo que determinados direcionamentos significavam defender que a presença do sanatório remetia a algo triste e que precisava ser demolido. Entende-se, nesse sentido, que o antigo hospital se encaixava na categoria de Patrimônio Sensível, cuja a ideia é preservar espaços que também remetem à dor, compreendendo este elemento como importante para o processo de compreensão do passado e orientação no presente.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Patrimônio; Esquecimento.

Abstract: This paper focuses on establishing the trajectory of the dispute over the land where the Aduato Botelho Psychiatric Hospital was located in Goiânia, because this issue implies in the conflict regarding the orientation of producing oblivion about the representations and practices around the sanatorium and/or enable elements for the memory of mental health in the state of Goiás through the building's heritage. Using the concepts and categories of Cultural History, we used as a source reports from the newspaper O Popular, from Goiânia, between the years 1995 and 1999. The newspaper was chosen because it has the largest circulation in the state of Goiás and, due to its history, it is allied to the speeches of the state leaders. Thus, the reports were analyzed in their context, understanding that certain directions meant to defend that the presence of the sanatorium referred to something sad and that it needed to be demolished. It is understood, in this sense, that the old hospital fit into the category of Sensible Heritage, whose idea is to preserve spaces that also refer to pain, understanding this element as important for the process of understanding the past and orientation in the present.

Keywords: Mental Health; Heritage; Forgetfulness.

Introdução

A Constituição brasileira de 1988 representa um marco importante no que se refere ao processo de redemocratização após o período da Ditadura Militar, pela primeira vez após anos de governos autoritários, a sociedade brasileira vislumbrava possibilidades de (re)pensar seus processos político e social.

A carta constitucional permitiu que se concebesse um caráter universal a uma gama de serviços que, durante o regime ditatorial era restrito, relegando grande parte da população à margem da atenção a serviços básicos. Esse fato é visível no que tange ao setor da saúde, destinada apenas a quem estivesse contemplado com contrato de trabalho, em um momento de alto desemprego no país.

Em relação à saúde mental, os militares através do INAMPS e INPS organizaram o aluguel de leitos em hospitais particulares, o que levou à manutenção das instituições como forma de controle social. As intermináveis internações destituíam os indivíduos de sua humanidade, eram dominados, abandonados à própria sorte e a tratamentos que beiravam à tortura.

As denúncias sobre os abusos sofridos tantos por usuários dos serviços de saúde mental, quanto por seus familiares culminaram na organização do Movimento Antimanicomial. A sociedade silenciada pela censura do regime militar, após o desgaste de suas políticas aterradoras, passou a ter conhecimento sobre o que se passava no interior dos muros dos diversos sanatórios existentes no Brasil.

A Constituição de 1988 permitiu que o deputado Paulo Delgado elaborasse um projeto de lei em 1989 e que visasse não apenas uma reforma, mas reestruturasse completamente o atendimento em saúde mental no Brasil. A partir deste momento, numerosas discussões passaram a surgir em diversos estados, propostas de reformas nos hospícios passaram a ser pensadas e, algumas vezes, viabilizadas.

Neste sentido, os anos de 1990 representam o período entre a proposta e promulgação da lei antimanicomial em 2001. Já discuti em outro trabalho, ainda a ser publicado, como entre 1993-1995 isso foi debatido em Goiás, através do manicômio Aduino Botelho, inaugurado em 1954.

O fechamento da instituição e a distribuição de seus internos suscita outra problemática que trago aqui, relacionada à memória sobre a saúde mental no estado de Goiás. O Jornal O Popular é problematizado como forma de pensar a relação entre memória e esquecimento, a partir das discussões na imprensa com o fechamento do Hospital Aduino Botelho em Goiânia.

Neste sentido, o recorte temporal corresponde a reportagens entre os anos de 1995 a 1999 que tiveram como foco, o fechamento e a demolição do prédio que abrigou a maior instituição de saúde mental do estado de Goiás e os debates em torno desses elementos. Compreendendo o jornal como um espaço de construção de discursos, a ideia é estabelecer uma problematização da relação entre sociedade e memória a partir de seus escritos.

Memória e esquecimento – o patrimônio sensível

A conceituação de patrimônio historicamente esteve relacionada com a preservação de bens que, habitualmente, reafirmassem narrativas oficiais que legitimavam determinados grupos no

poder. Muito focado em bens materiais, tinha como função garantir os sentidos da História oficial, centrada nos marcos dos grandes acontecimentos e personalidades.

O termo patrimônio conjectura, ainda que preliminarmente, algo que carrega em si uma significância representativa de determinado grupo social, indicando a herança deixada por uma cultura, cujo legado é inegável para a contínua construção da plural e transversal história da civilização humana. Até o advento do Iluminismo e da conseguinte Era das Revoluções, a concepção de conservação girava em torno de um viés principalmente material, exaltado pela monumentalidade e iconografia presentes no mesmo. (CASARIN & CASTRIOTA, 2019)

A monumentalidade e iconografia funcionavam como uma narrativa que garantia a manutenção do status quo, não que a noção atual no Brasil tenha funções completamente diferentes. A questão é a ampliação que o conceito ganhou, possibilitando que outras demarcações culturais pudessem ser tombadas e representassem outras perspectivas da História e da Memória.

Portanto, é preciso considerar que existam relações de poder que estão alinhavadas no tecido social e que culminam na seleção das memórias e das narrativas históricas de cada lugar. Neste sentido, é preciso considerar possíveis apagamentos do processo histórico de grupos específicos, a partir do momento que não se vê como patrimônio, elementos importantes que fazem parte de sua identidade enquanto grupo.

É inegável um grande avanço nos processos de patrimonialização, a evocação de diferentes grupos sobre aquilo que os representa de alguma maneira ou, ao mesmo tempo, possa representar um aspecto específico da História nacional.

O florescimento extraordinário das diversas modalidades de patrimônios culturais na atualidade, nosso curioso empenho em preservar ou reconstruir objetos, lugares, prédios e formas de vida associadas ao passado talvez revele mais do que um esforço coletivo de buscar e expressar o reconhecimento de “identidades” sociais contra os supostos riscos de sua “perda”. É provável que esteja em jogo um trabalho coletivo de mediar e equilibrar contradições em nosso modo contemporâneo de representar o tempo, uma concepção na qual o futuro já não brilha como o foco das esperanças utópicas, e o passado é preservado ou reconstruído na vã expectativa de parar o tempo. (GONÇALVES, 2015, p. 218)

A presentificação do passado, em minhas impressões, tem se tornado recorrente devido a uma necessidade de fazer ver o que os séculos de colonialismo no mundo ocidental não permitiram ser autônomo, protagonista da própria História. Neste aspecto, o equilíbrio das contradições e a presença marcante do passado no presente, se dá pela legitimação e representatividade que foram negadas a diversos grupos ao longo da História colonial.

As emancipações das metrópoles viabilizaram uma guinada na (re)construção de passado das colônias, mas ainda alicerçadas sob o jugo de aristocracias brancas e cristãs que ditavam uma História oficial a ser pensada e oficializada, sobretudo no Brasil. Este silenciamento passou ser interpelado, especialmente na segunda metade do século XX e o fortalecimento dos diversos grupos marginalizados passaram a questionar e romper com os modelos oficiais de representação das identidades e noções de grupo e classe.

Não obstante, é importante salientar que isso não significa uma ausência de relações de poder, ainda existe um espaço de tensão entre a memória dita oficial e aquela trazida de baixo dos silêncios decretados por grupos dominantes. Assim, o presente se torna o espaço da disputa por representação, por reparação histórica, por evidência de patrimônios que correspondam a outros sentidos da narrativa histórica.

Neste aspecto, quando pensamos o processo colonial ocidental, os países europeus buscam manter as narrativas oficiais de dominação ao mesmo tempo em que precisam lidar com as contradições internas frutos dos processos de migração. Essa conjuntura auxilia a compreender o que Pierre Nora (1993) afirma sobre a História ser uma reconstrução incompleta do que não existe mais e a memória ser um fenômeno sempre atual, como um elo vivo com o chamado eterno presente.

As perspectivas do passado, como no caso do alijamento de diversos grupos no processo colonial, auxiliam na elaboração de um presente como um *Sankofa* – sempre recuperando o pretérito – na intenção de o ressignificar, uma busca por representatividade no agora que possua possibilidades de futuro. Uma afirmação da existência de processos históricos dos grupos silenciados, a partir das mudanças que retiraram das sombras essas Histórias.

Os patrimônios se tornaram uma forma de auxílio na consolidação dessas identidades, representam uma disputa de forças entre as narrativas oficiais e as provenientes dos grupos tidos como subalternos. Existe, no Brasil, um processo que levou a (re)pensar as heranças coloniais na patrimonialização, passando por períodos autoritários até a ampliação do conceito de patrimônio através da carta constitucional de 1988.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos anos de 1930 e, conseqüentemente a instalação do Estado Novo, demarcou o momento em que as políticas patrimoniais ganharam uma discussão mais abrangente. Naquele período, era importante para o contexto político, estabelecer o governo como um novo marco ligado aos conceitos de modernidade e modernização, para estabelecer a república anterior como “velha”.

Uma das formas de tecer uma nova História que ao mesmo tempo funcionasse como passado, mas que principalmente projetasse o futuro, através de uma pretensa valorização da cultura nacional, foi a patrimonialização. Essa discussão deu origem ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a partir de 1936. O órgão assim definia patrimônio histórico:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...]

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos. (BRASIL, 1937)

Os artigos que selecionei evidenciam que essa política de patrimonialização dos anos

de 1930, tinham base: a centralização e uma definição estreita sobre o que deveria ou não ser tombado. Neste aspecto, ainda que possa ser considerado um avanço ou mesmo uma busca pela valorização da cultura nacional, não era algo amplo o suficiente para abarcar a diversidade da população brasileira.

Neste sentido, a narrativa conservadora, branca e eurocentrada, permanecia como mote explicativo para a formação do Brasil, onde as contradições foram estabelecidas como um pacífico amálgama entre as três raças, por exemplo. Foi realizada a construção de narrativa sobre uma riqueza sem precedentes na fauna e na flora, assim como a imagem de um povo hospitaleiro e feliz apesar de suas mazelas.

A mesma preocupação com a divulgação da identidade nacional, as riquezas do País, a natureza exuberante e um povo acolhedor e hospitaleiro – conceitos forjados nesta primeira metade do século XX –, reflete-se na busca pela identidade nacional que ocorreu, segundo Chauí (2000), entre o fim da Primeira Guerra – 1918 – e os anos de 1970, quando a política estava vinculada ao populismo e ao nacional desenvolvimentismo. Havia a afirmação da Nação, como espaço único, em detrimento do federalismo. (VIANNA, 2018, p. 193)

A homogeneização da cultura brasileira na ânsia de estabelecer seus marcos, sobrepujou uma série de manifestações e elementos da arquitetura e de práticas culturais, por não figurarem elementos que caracterizavam um determinado padrão patrimonial. Assim, mesmo na ideia de configurar elementos artísticos genuinamente brasileiros, por exemplo, existiam elementos eurocêntricos que acabavam por escolher o que era considerado ou não representação da cultura nacional.

Por este caminho percebe-se a preservação, ao longo do tempo, de centros históricos de cidades, marcos fundacionais, prédios, igrejas e todos relacionados de alguma forma com uma interpretação da História a partir de narrativas que não confrontavam o poder público ou mesmo as práticas sociais.

O que acontece a partir da redemocratização, após a Ditadura Militar (1964-1985), é a possibilidade de pensar novas perspectivas da memória e sua conseqüente relação com os patrimônios, já que outras narrativas passaram a reivindicar novos tombamentos, que materializavam outro tipo de experiências no tempo, como o prédio do DOI-CODI em São Paulo, por exemplo.

Em 23/04/2010, ingressou na UPPH pedido de tombamento do DOI-CODI, solicitado por Ivan Akselrud Seixas, preso aos 16 anos junto com seu pai Joaquim Seixas (morto em decorrência das torturas sofridas no DOI-CODI), ambos pertencentes ao Movimento Revolucionário Tiradentes. Em seu pedido, Seixas afirma que diante “de sua importância histórica e relevante papel didático que o referido prédio tem para as gerações de jovens brasileiros, que ignoram as atrocidades ali cometidas, o tombamento garantirá a preservação desse importante documento físico de nossa História recente”. Acompanham o pedido: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Grupo Tortura Nunca Mais-SP, Fórum dos ex-presos e perseguidos políticos do estado de São Paulo, Comissão de Familiares de presos mortos e desaparecidos

políticos e Núcleo de Preservação de Memória Política. Trata-se, portanto, do primeiro pedido do gênero desde o tombamento do Edifício Maria Antônia, em 1988. (NEVES, 2018, p. 06)

O prédio onde se localizava o DOI-CODI evidenciava uma parte considerada obscura da História do país, erros do Estado como o de ferir os Direitos Humanos através da prática da tortura. Os questionamentos que possam se originar deste tombamento, estão relacionados à necessidade de se preservar um espaço de dor, de angústia e tristeza.

No entanto, é no seu caráter pedagógico que mora sua necessidade, quando pediram a preservação do prédio em 2010, talvez não imaginassem que dez anos depois veríamos grupos negarem a existência ou o caráter autoritário da Ditadura Militar brasileira. Neste sentido, é perceptível que uma sociedade também precisa aprender a lidar com as memórias sensíveis, nelas estão marcados diferentes grupos que, por algum motivo, tiveram narrativas silenciadas na maioria das vezes pelo próprio Estado.

A partir da década de 60 do século XX, em muitos lugares do mundo, sobretudo na Itália, uma série de denúncias sobre violação de Direitos Humanos tinham como foco instituições asilares destinadas aos chamados doentes mentais. No Brasil, foi em conjunto com movimento de luta contra o regime militar que, usuários, familiares e profissionais da saúde iniciaram uma campanha pelo fechamento dos manicômios através das denúncias das situações existentes nas instituições.

A grande internação privava mulheres e homens da liberdade de ser quem eram, silenciadas pelos saberes médicos e farmacêuticos, aterrorizadas com a eletroconvulsoterapia e a lobotomia. Na década de 1980 era evidente que os sanatórios funcionavam como um espaço de amontoar pessoas, um lugar de tortura, um local de desaparecimentos, mas não como ambiente terapêutico.

O movimento de luta antimanicomial ganhou força e o debate sobre o fechamento dos nosocômios consideravam preservar as Histórias, as narrativas, não apenas das instituições em si, mas das vidas que por ali passaram. A problematização em torno da psiquiatria possibilitava visualizar uma multiplicidade de fatores, inclusive sobre a memória da Doença Mental no Brasil, pelo menos na visão dos envolvidos na luta.

A dificuldade de preservação dessa memória está na vontade dos agentes do Estado que, em dado momento, prefere não reconhecer os erros e a utilização das Instituições como mecanismo de sua opressão. No entanto, são parte de uma complexa teia de memórias, que traduzem diferentes olhares sobre a História nacional.

A referida complexidade cultural brasileira pode não estar somente nos expoentes positivamente notáveis da história do país. Reitera-se que a partir de 1988 passaram a ser reconhecidos como Patrimônio Cultural exemplares de bens e sítios relevantes para a formação da transversal identidade cultural brasileira como um todo e em todos os seus aspectos. Em meio a estes “novos patrimônios”, como descreve Borges em sua recapitulação de Poulot, podemos encaixar sítios históricos carregados de dor, opressão, sofrimento e privação de liberdade individual, de expressão e violações atroztes aos mais básicos direitos

humanos. Exemplos claros são o Carandiru, em São Paulo (SP), e as colônias penais de Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ). [...] Não há consenso popular se devem ser preservados ou riscados da história. Tais sítios carregam memórias de opressão, dor, sentimento e de episódios que muitos gostariam de fingir não terem ocorrido – e alguns o fazem -, mas que inegavelmente definiu o curso de vida de milhares de pessoas ao longo da história. Em meio a este debate em múltiplas instâncias e escalas contextuais, a única consonância que parece haver em relação a este tema é que seu teor é altamente sensível. (CASARIN & CASTRIOTA, 2019)

Os hospitais psiquiátricos, a partir da redemocratização nos anos de 1980 tiveram orientações de mudanças, fruto dos debates promovidos pelo movimento antimanicomial, no entanto, é uma parte importante do processo histórico brasileiro que não pode ser simplesmente esquecido. O caráter sensível do objeto é o fato de ser um espaço que remete diretamente ao abandono, ao descaso, à tortura e à morte.

O Estado brasileiro e especificamente Goiás, diante da memória oficial, constituiu uma disputa entre escolher o que lembrar e produzir esquecimento. O resultado deste processo se configurou no apagamento de uma série de experiências, dos usuários dos serviços de saúde mental, dos familiares e daqueles que habitavam o lado de fora dos sanatórios, que viam nos prédios a legitimação da exclusão daqueles considerados “anormais”, uma normalização que apaga o indivíduo pela categoria.

O Hospital Psiquiátrico Prof. Aduino Botelho foi inaugurado em Goiânia, capital do estado de Goiás, em abril de 1954. Naquele momento, o médico que emprestava nome ao nosocômio era responsável pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM). Criado em 1941,

o S.N.D.M. foi fundamental para o processo de expansão dos leitos psiquiátricos. A criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais se insere em uma conjuntura em que se buscava a adoção de uma série de medidas preventistas, com a finalidade de promover o saneamento do país. [...] A partir do decreto nº 8.550, de 3 de janeiro de 1946, que autorizou o Ministério da Educação e Saúde a celebrar acordos para intensificar a assistência psiquiátrica no território nacional, e definiu a alocação de recursos para tal, o S.N.D.M. passou a promover, por meio de acordos com os Estados, a expansão da assistência psiquiátrica no Brasil. (FREITAS, 2019, p. 57)

É neste contexto que o hospital da cidade de Goiânia é inaugurado, a característica particular deste processo está no fato de que a capital de Goiás havia sido planejada nos anos de 1930, com a intenção de projetar um ideal de modernidade capaz de deixar para trás as similaridades com o sertão e o Jeca Tatu.

O sanatório, segundo Paula (2016), funcionou como uma forma de constituir um controle sobre o comportamento dos indivíduos e demarcar as fronteiras entre o passado em que se conhecia os apelidos destes considerados loucos que perambulavam pelas ruas, e o futuro em que os mesmos seriam designados pela categoria que passavam a habitar.

Ao longo da história da cidade o sanatório se mostrou um espaço de controle e normati-

zação, segundo estudo realizado por Paula (2011), a instituição se tornou um veículo de legitimação do discurso normalizador para Goiás. Essa prática, segundo o autor, visava garantir os aspectos sociais modernos idealizados quando da inauguração do hospital.

No entanto, assim como outros hospitais psiquiátricos do país, o Adauto Botelho foi centro de denúncias sobre abusos, violências e maus tratos, principalmente após os anos de 1970. A situação dos internos e as relações entre médicos e pacientes tornaram-se insustentáveis após a abertura política e, como outros sanatórios do Brasil precisou passar por mudanças e, posteriormente, ser desativado nos anos de 1990.

Muitas foram as vidas que se perderam na instituição, ao mesmo tempo em que sua história se confunde com a da cidade, o imaginário social de Goiânia estava de certa forma ligada ao Adauto Botelho. Os diferentes contextos aprisionaram entre seus muros uma infinidade de pessoas que receberam eletrochoques e outros tratamentos não humanitários.

Assim após o seu fechamento, uma série de debates foram realizados em torno do prédio/área e qual a função caberia a ele: Um museu? Um centro de pesquisa? Um parque agropecuário?

Essas discussões dizem respeito à construção de memória e de esquecimento que tem como objeto um patrimônio sensível, um hospital psiquiátrico marcado pela desumanidade. Veremos então, como se deram essas narrativas sobre a patrimonialização ou não do hospício a partir do *Jornal O popular de Goiânia*.

A escolha do periódico se deu por ser um espaço de registro desta disputa de discursos e que, nos anos de 1930 ganhou notoriedade e se popularizou. As relações políticas dos irmãos Câmara, os proprietários do jornal, expandiram os negócios e passaram a ocupar cargos estratégicos, como a direção do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em Goiás, órgão responsável também pela censura de publicações que de alguma forma contrariassem as políticas governamentais na era Vargas.

Ao longo dos anos o jornal teve seu alcance ampliado em conjunto com emissoras de rádio e tv, formando um conglomerado de comunicação do estado de Goiás. Neste aspecto, trata-se do periódico de maior circulação local e que dedicou algumas reportagens sobre a temática entre os anos de 1995-1999.

Lembrar ou esquecer: as dinâmicas da memória e o Manicômio Adauto Botelho

Os hospitais psiquiátricos foram marcados historicamente como espaços da agonia e do horror, não é por acaso que suas representações na literatura ou no cinema ganham um viés de aprisionamento e tortura. A atuação prática dessas instituições no Brasil foi centrada nas interações, principalmente durante da Ditadura Militar.

Segundo Paula (2019) os acordos do Instituto Nacional de Previdência Social com as clínicas privadas, aumentaram consideravelmente o número de leitos, sem com isso modificar as formas de tratamento já anteriormente questionadas. É inevitável dizer que os sanatórios não ganharam um dimensionamento político mais contundente, passaram a atuar como um braço

do aparelho repressor.

Não era uma instituição necessariamente vinculada aos mecanismos de tortura como o DOI-CODI, mas os limites entre o tratamento e abuso eram muito tênues, constituindo experiências relacionadas diretamente ao sofrimento e ao silenciamento. Neste sentido, novas representações foram construídas a partir das narrativas que acompanharam o movimento de denúncias sobre os hospitais psiquiátricos.

Os ditos sanatórios ganharam um sentido de abjeção, como instituições que deveriam ser eliminadas e suas práticas transformadas em outras formas de atendimento aos usuários. Essa eliminação, no entanto, pressupõe a desativação ou resignificação dos espaços utilizados pelos nosocômios e, em alguns casos, a eliminação/demolição dos prédios foi a ação gerada.

Neste sentido, o Hospital Aduino Botelho em Goiás, a partir de seu fechamento suscitou debate acerca do tombamento ou não do prédio que abrigou a instituição. Enquanto se discutia as más condições do Hospital Aduino Botelho, pouco tempo antes do seu fechamento definitivo, os interesses pela sua área começavam a aparecer no jornal O Popular:

O Presidente da Sociedade Goiana de Agropecuária e Agricultura, A.N., afirmou ontem que a entidade pretende incorporar a área do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho ao Parque Exposições da Nova Vila. [...] O prefeito Darcy Accorsi relatou que, em conversa com o governador Maguito Vilela, os dois discutiram sobre a necessidade de tirar do centro da cidade o Aduino Botelho e a Casa de Prisão Provisória, que “são uma fotografia deprimente de Goiânia”. (O Popular, 28/05/1995)

A matéria do jornal não se furta em grafar categoricamente o consenso entre o prefeito e o governador em relação à instituição psiquiátrica, a vontade de eliminar a sua presença daquela parte da cidade diz respeito aos sentidos que o manicômio ganhou com o passar dos anos. Essa condição do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho foi registrada no filme *Passageiros de Segunda Classe*¹, de 2001, curta metragem que retrata a condição de abandono em que se encontravam os internos da instituição alguns anos antes de seu fechamento.

Assim, as narrativas ao redor do sanatório compunham um espaço que não fazia mais referência ao estabelecimento de um padrão comportamental, como aconteceu em décadas anteriores. As intenções das diferentes esferas do governo convergiam, naquele momento, para a retirada, para a anulação da instituição, por representar um aspecto sombrio do Estado, sem com isso perceber a produção de um duplo esquecimento.

Esta reflexão se dá pelo fato do manicômio agregar ao longo dos anos de funcionamento, uma série de violações aos direitos de existência de mulheres e homens que foram categorizados como loucos. Neste aspecto, cogitar a demolição do prédio, nas entrelinhas de suas palavras, é provocar um novo esquecimento das práticas políticas de saúde e, conseqüentemente, das pessoas que foram ali internadas.

A eliminação física do hospital tinha como finalidade apagar as vertentes construídas a partir das narrativas que denunciavam os sanatórios como espaço de limpeza social, para onde

1. Curta-Metragem dirigido por: Luiz Eduardo Jorge, Kim-Ir-Sem e Wadir de Pina.

eram levados os indesejáveis, e não de tratamento. Como os Direitos Humanos não foram respeitados na instituição, era uma forma do Estado se isentar das responsabilidades construindo uma espécie de esquecimento sobre a temática.

É preciso ainda contextualizar, que o Projeto de Lei Antimanicomial já tramitava no congresso desde de 1989 e, era uma forma da narrativa oficial apresentar seus aparentes esforços em relação à humanização no atendimento e tratamento em saúde mental em Goiás.

Neste sentido, é preciso pensar que o debate sobre a saúde mental, enquanto parte da memória precisaria de manutenção dos aspectos simbólicos, pois, para o estabelecimento de uma memória,

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBAWCHS, p. 30)

A citação acima nos permite compreender como a memória se estabelece em contato com as diferentes experiências no tempo, uma espécie de intersecção de vivências. No entanto, o silêncio sobre as práticas das instituições asilares e a demolição do prédio possibilitam que as experiências deixem de ter sentido e se esvaíam no tempo. Assim, se instaurou uma disputa entre manter o prédio do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho ou demolir.

O Estado de Goiás requereu ontem ao Tribunal de Justiça, suspensão da liminar que embargou a demolição do prédio do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho. O Estado sustenta que o poder público obedeceu a todas as exigências legais para demolição do prédio e posterior alienação da área. [...] O Estado questiona o tombamento da área do Aduino Botelho pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de Goiânia. Afirma que o município não tem competência constitucional para promover tombamento de bem público estadual. (O Popular, 22/09/1995)

O jornal estabelece uma intencionalidade do governo do estado de Goiás em realizar a demolição. Tanto o prefeito de Goiânia como o governador estavam de acordo com a necessidade do desaparecimento desta memória do estado e da cidade, no entanto, haviam setores municipais que concordavam sobre a importância da permanência do prédio.

Seria um marcador importante, uma maneira de problematizar uma parte da história tanto a nível regional como nacional. O setor de Patrimônio Histórico do município de Goiânia, intencionava realizar o tombamento histórico que o jornal representou como uma disputa judicial.

A maneira como é estabelecida a necessidade demolição para posterior alienação da área, deixa evidente as intenções dos poderes executivos do estado e do município em apagar essa memória. O periódico, por mais que apresente a intuito de preservação do prédio, apenas segue demonstrando a falta de jurisdição para tal embargo, não deixando evidente as razões do setor de Patrimônio do município de Goiânia em tentar a preservação daquele espaço.

Neste sentido, para a população que vê apenas o prédio abandonado, sem referência às sensibilidades que permeiam o local, não percebe a importância de preservar a memória sobre a saúde mental. Os discursos sobre o sanatório, como bem trouxe o jornal, na fala do prefeito na época: “uma fotografia deprimente de Goiânia” – direcionam a interação da sociedade com o local, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de esquecimento.

Percebemos, portanto, a construção dos silêncios em torno da saúde mental, uma necessidade latente de não deixar motivações para os questionamentos ou problematizações acerca da atuação da instituição psiquiátrica em Goiás. Destarte, mesmo na intencionalidade das autoridades em “apagar” esse traço da História,

[...] na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é. [...] o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre as tramas da fala. (ORLANDI, 2011, p. 32)

Presenciamos o sufocamento das vozes que buscavam deixar a saúde mental como um tema presente em parte do processo histórico de Goiânia, sobretudo de Goiás. A existência física do manicômio mudara de sentido ao longo do tempo, e de solução – como era visto nos anos de 1954 quando inaugurado – passou a ser um incômodo, uma evidente violação dos Direitos Humanos autorizada pelo Estado.

Na tentativa de produzir tal silenciamento, é importante compreender que ainda assim o sentido está lá, cristalizado, mesmo nos escombros da instituição não se poderia provocar total apagamento. Eliminando o sanatório ainda existiriam os funcionários, os usuários dos serviços e seus familiares, uma teia de experiências cujas narrativas sobreviveriam ao tempo e à derrubada do prédio onde funcionava o manicômio Aduino Botelho.

No entanto, o governo de Goiás buscou redirecionar os sentidos das narrativas sobre a saúde mental, de um lado a demolição do prédio e de outro a assertiva de que estavam realizando uma imensa transformação na área, o que o jornal fez questão de frisar em reportagem posterior à da disputa judicial sobre a demolição.

A proposta moderna de tratamento sugere o fim das internações e a aproximação do doente com a família. Em Goiás essa política está sendo implantada, com a desativação do Hospital Aduino Botelho. Na capital, as alternativas começaram a ser discutidas ontem, no auditório da Stieueg, durante o 1º Encontro de Saúde Mental de Goiânia. (O Popular, 08/11/1995)

Pela sequência de reportagens apresentadas, o periódico se tornou um porta-voz do poder público no que se refere aos caminhos sobre a saúde mental em Goiás. Neste caso, auxilia em uma resignificação das narrativas que, ao contrário de uma *mea-culpa* que localizaria os erros dos agentes do Estado e os fariam assumir as responsabilidades sobre as negligências com o sanatório, promoveu um novo direcionamento, no intento de ressaltar uma reestruturação sem problematizar os motivos que levaram a tal questão.

Em momento algum se questiona que a reestruturação dos serviços fosse benéfica, ao contrário, porém, poderia vir acompanhada de uma problematização acerca da atuação do hospital ao longo do tempo, das formas de tratamento e das fronteiras entre normalidade e anormalidade em Goiás, o que denunciaria os usos políticos da instituição por parte do poder público.

O movimento realizado pelas autoridades dos executivos estadual e municipal, portanto, diz respeito a duas ações: demolição do prédio e redirecionamento dos sentidos das narrativas sobre a saúde mental em Goiás. Em relação à primeira ação, era preciso também ressignificar o espaço pois, o mesmo é “um produto histórico. O espaço é um testemunho – formas espaciais fixas que se cristalizam em memória, do momento da realização concreta do/s modo/s de produção do espaço construído” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 34).

As reportagens evidenciam que havia uma preferência para ocupação da área após a demolição do prédio, e seria a Sociedade de Goiana de Pecuária e Agricultura. Este anexo ao Parque de Exposição Agropecuário, garantiria que novos sentidos sobre aquele espaço fossem construídos, produzindo novas experiências e narrativas sem menção sobre a História da Saúde Mental no estado de Goiás.

Não obstante, em 20 de dezembro de 1995, O Popular apresenta uma reportagem intitulada: “Venda do Adauto é Autorizada e Preocupa Morador da Região”. O jornal não está estabelecendo como pauta as disputas narrativas em torno da memória e do esquecimento da saúde mental. O destaque da matéria se encontra no incômodo dos moradores da região de aceitarem a ampliação do Parque de Exposições Agropecuário, que poderia causar transtornos em épocas de festas.

Por outro lado, na mesma reportagem o jornal O Popular assumindo o seu lugar de porta-voz dos governos estadual e municipal sobre a questão, aponta para os benefícios da autorização da venda do terreno:

[...] O dinheiro arrecadado, de acordo com a justificativa apresentada pelo governador Maguito Vilela, deverá ser utilizado na construção de uma nova unidade de saúde psiquiátrica em Goiânia ou ainda para quitar débitos já vencidos sobre os quais o Estado vem pagando juros. [...] O diretor do Adauto, Ciro Calil, afirmou que autorização da venda o deixava bastante feliz. Ele acredita que o dinheiro será dirigido à construção do Centro Integrado de Saúde Mental, pelo qual os funcionários da área vêm lutando há algum tempo. [...] De acordo com Calil o Centro já está projetado e sua construção só depende de liberação do governador. Pelo projeto, ele será localizado junto ao Hospital de Doenças Tropicais e terá seis mil metros de área construída com três unidades de atendimento: pronto-socorro, ambulatório e hospital-dia. Orçado em quatro milhões de reais, o Centro será, na sua opinião, uma obra pioneira no Brasil. “Com ele o estado de Goiás poderá ficar pelo menos 30 anos sem investir na área de saúde mental”, afirma. (O Popular, 20/12/1995)

Existe uma intencionalidade em registrar a felicidade do diretor do hospital Adauto Botelho, principalmente ao pensarmos no contexto e na sequência de como as reportagens foram noticiadas em O Popular. O conjunto das mesmas atuam para estabelecer uma necessidade da

demolição ao mesmo tempo em que sinaliza novas práticas por parte do poder público e, em momento algum é levado em consideração ou se quer levantado o contexto do Movimento Antimanicomial em Goiânia que já lutava pela reforma psiquiátrica nos anos de 1990.

A ideia de estabelecer a construção de um novo hospital que atenderia a novas formas de tratamento, poderia funcionar como uma espécie de permuta para que as complexidades que envolviam o antigo sanatório fossem esquecidas. A grandeza em que se colocava a possível nova obra, tendia a funcionar como uma espécie de silenciamento das discussões necessárias em torno da psiquiatria.

A proposta de reforma psiquiátrica continha elementos que buscavam a superação, a quebra de paradigmas tanto no ensino quanto na prática médica, no entanto, é como se algumas mudanças físicas fossem o suficiente para atender o movimento antimanicomial. Neste sentido, a profundidade e heterogeneidade das reflexões que eram propostas, também perdiam espaço para a possível construção de um novo hospital.

Evitar que as discussões acerca de uma reforma psiquiátrica profunda permeassem a dinâmica social parece aqui ser o objetivo, e, neste sentido, fica mais evidente a necessidade do apagamento da trajetória do hospital Aduato Botelho. Ao relegarmos todas as práticas de eletroconvulsoterapia, lobotomia, entre outras, ao esquecimento através de um novo hospital, minimizaria as responsabilidades do Estado perante as atrocidades cometidas no interior do nosocômio.

No ano seguinte, em 1996, fala-se novamente sobre a permuta da área com a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, no entanto, seria essa entidade a responsável pela construção do novo hospital e não mais o Estado: “O anúncio feito pelo governador possibilita a SGPA ampliar o espaço da feira. Em troca a entidade vai investir na construção de novo hospital” (O Popular, 23/05/1996).

A reportagem que segue demonstra a preocupação tanto do governo do estado de Goiás, quanto da prefeitura de Goiânia com os impactos de mudança do local do parque agropecuário e, que, essa seria a melhor saída para atender aos anseios da entidade e da necessidade de um novo hospital.

O governador disse que é difícil a mudança da feira para outro local. Segundo observou, as cidades que transferiram seus parques de exposição para fora do centro urbano registraram redução de público e da participação dos expositores. “A pecuária e a agricultura são grandes sustentáculos da economia goiana e nós precisamos prestigiar estes setores melhorando o parque de exposições”, declarou. (O Popular, 23/05/1996)

O foco da reportagem não está nas reflexões acerca da lei que tramitava no congresso, ou mesmo o movimento que buscava melhorias no atendimento em saúde mental, era justificar a transferência do parque de exposições agropecuário para o terreno do antigo hospital. Esse movimento tinha um sentido duplo: ressignificava o espaço promovendo esquecimento e, por outro lado, garantia uma justificativa para o movimento de moradores da região que eram contrários à transferência do parque.

A percepção que se tem de todo esse movimento ao longo das reportagens do jornal, é que

a luta antimanicomial fica diluída, toma um plano marginal no processo. O que ganha foco de discussão e atenção, é a disputa entre a SGPA e os moradores sobre a transferência ou não do parque para área do Aداuto.

A problematização da instituição e sua prática e a necessidade social da preservação do prédio e da memória da saúde mental no estado, não é interpretada como uma pauta relevante naquele momento. A percepção é de que bastaria a construção do novo hospital psiquiátrico para que as reivindicações fossem atendidas, minimizando em demasia a trajetória da luta antimanicomial e sua natureza propositiva.

Em menos de uma semana após matéria supracitada, uma nova manchete aparece no periódico: “Manifestação contra venda do Aداuto” (O Popular, 29/05/1996) e a reportagem segue da seguinte forma:

Os moradores querem a transferência da pecuária para outro local e não a ampliação do parque, que ocorrerá caso a área do Aداuto Botelho seja vendida à SGPA. Eles alegam que a festa da pecuária traz muitos transtornos para o local. Problemas como mau-cheiro, insetos e excesso de lixo são citados, além de tumulto no trânsito e aumento da violência. O governador confirmou que está negociando a área do Aداuto Botelho com a SGPA. (O Popular, 29/05/1996)

As negociações sobre o tal novo hospital psiquiátrico não aparece na matéria, como também não vemos mais a presença do fórum de saúde mental. A problematização fica restrita a uma disputa sobre a área, de um lado a SGPA e do outro os moradores tentando impedir que a negociação fosse realizada por razões próprias.

No entanto, a negativa dos moradores da região sobre a ampliação do parque possibilitou um novo fôlego na tentativa de tombamento do prédio. As intenções foram conjugadas com as do fórum de saúde mental e, com isso a negociação com a SGPA se tornou morosa, a tempo de que fosse realizado o pedido de preservação.

O Fórum Goiano de Saúde Mental protocolou ontem, na Secretaria Municipal de Cultura, pedido de tombamento do prédio do extinto Hospital Aداuto Botelho. Entidades da saúde em Goiás e moradores da região vizinha ao hospital, além do fórum, querem evitar a demolição e a venda da área para a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura. (O Popular, 14/06/1997)

Diante da possibilidade de ver o bairro mudar com a transferência do parque, os moradores se juntaram ao fórum e viram como ponto de resolução a preservação do prédio. Isso implicaria que uma narrativa sobre a memória da saúde mental estaria salvaguardada, possibilitando que uma infinidade de problematizações fosse realizada garantindo, a partir das experiências, que a reforma psiquiátrica trouxesse mudanças significativas na prática e na filosofia.

Tal atitude parecia fortalecer o movimento que buscava preservar essa memória, ainda que sensível, garantir a permanência do prédio para que as narrativas sobre a história da saúde mental não se esvaíssem. Discutir essa memória é também rever os processos políticos, compreender a quem e a que serviu a instituição, garantindo dar visibilidade aos internos, mas também

responsabilizar os entes devidos através da narrativa histórica.

Esse ponto, o de realizar um certo “acerto de contas” com o que o Estado representava ou ainda representa, foi a força propulsora para que o governo ignorasse o pedido de tombamento. Em relação às tentativas de não demolição do prédio, encontramos a última reportagem no jornal, que destaca:

A demolição do hospital foi iniciada no sábado. Na segunda-feira, a representante do Ministério Público, promotora Marilda Helena dos Santos, entrou com pedido de embargo, alegando tratar-se de imóvel em processo de tombamento histórico. A justiça concedeu liminar ao MP. A procuradoria geral do estado vai representar contra a promotora, argumentando que ela não teria legitimidade para embargar a demolição. (O Popular, 08/08/1997)

Esta tentativa, no entanto, não impediu que prédio fosse demolido. Apesar de não encontrar no acervo que me foi disponibilizado, o decurso dos fatos evidenciou que não houve tombamento, ao mesmo tempo que a área não foi negociada com a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura.

As tentativas de preservação não deram o resultado esperado, as ações do Estado impediram em estabelecer uma necessidade de demolir ao mesmo tempo em que construía novos sentidos a partir do anúncio de um novo hospital. É possível encontrar que ainda foi tentado em 1999, uma nova proibição da demolição, mas mais uma vez o governo do estado e da prefeitura garantiram o direito de derrubar o prédio.

A ressignificação do espaço, no entanto, não ficou a cargo da SGPA, a negociação de permuta da área não foi levada adiante e o que se ergueu no lugar do Aduito Botelho foi o CRER (Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo). Este novo complexo hospitalar passou a ter como foco o atendimento de pessoas com deficiência, atribuindo novos sentidos às narrativas em torno da presença física e depois dos escombros do Aduito Botelho.

Em uma espécie de homenagem ao sanatório foi deixada atrás das grades da entrada do CRER, um pedaço do muro da antiga instituição que serviria como uma referência, mas que não funcionou como objeto problematizador da história da saúde mental em Goiás. O discurso estabelecido através das reportagens do jornal O Popular é de que o grande problema eram unicamente as instalações, uma vez que o hospital estava desativado, outro seria construído para atendimento.

No entanto, ao observarmos o contexto da luta antimanicomial é perceptível que havia mais do que isso, a proposta era de rompimento com várias práticas da psiquiatria. Isso levaria a pensar, a problematizar as ações do Estado em relação às políticas de saúde mental, porém, o caminho trilhado foi de produção do esquecimento da problemática, focando em questões de estrutura física de um novo hospital, sem levar em consideração as práticas de internação, tratamento e os usos políticos do sanatório ao longo dos anos.

Considerações finais

Os hospitais psiquiátricos desde o século XIX funcionavam como espaços para se “guardar” pessoas, uma forma de realizar um processo de limpeza social aos chamados não adaptados, não capazes de serem normalizados. Essa característica permaneceu na passagem entre do XIX para o século XX e as teorias em voga naquele momento sustentaram processos racialistas de exclusão, garantindo uma medicalização social de determinados grupos sociais.

A psiquiatria, enquanto saber, auxiliou nos processos de determinação do que eram comportamentos aceitos ou não, o que também possibilitou os usos políticos através do modelo hospitalocêntrico que foi consolidado no Brasil. A grande internação acabou atendendo a interesses dos diversos contextos sócio-políticos do país, transformando os sanatórios em verdadeiros espaços de tortura sob a designação de tratamento.

O hospital psiquiátrico Aduino Botelho de Goiás, inaugurado em 1954, não ficou distante de tais práticas, como o que foi registrado no filme *Passageiros de Segunda Classe* de 2001, já citado anteriormente. A grande questão é, após o desmantelamento da Ditadura Militar (1964-1985), as denúncias vieram à tona garantindo a formação e fortalecimento do Movimento Antimanicomial em todo o Brasil.

O que pôde ser constatado em Goiás, foi um processo de “encobrimento” das experiências vividas no manicômio Aduino Botelho. Naquele momento, mesmo com outros dirigentes, os sentidos da memória da saúde no estado de Goiás, não pensavam a incorporação das reflexões acerca das práticas de internação e tratamento no sanatório.

Existe um esforço por parte do governo do estado e da prefeitura de Goiânia em ressignificar o espaço do sanatório após a desativação, deixando evidente que interpretavam aquela experiência como triste. Assim, o que se desenvolveu foi uma disputa entre parte da sociedade que gostaria que o prédio fosse tombado, enquanto o poder público se esforçava para que o espaço fosse ocupado pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura.

A grande questão é que ao não considerar o prédio que ocupava o sanatório como um patrimônio, se orientou a não refletir sobre o que o próprio movimento antimanicomial propunha naquele momento, uma transformação de paradigmas no atendimento, no tratamento e no ensino da psiquiatria. A memória da saúde mental implicava discutir o papel do Estado, bem como o futuro deste setor, lembrando que tramitava no Congresso Nacional uma proposta de lei que foi aprovada apenas em 2001.

No entanto, assim como o processo final da Ditadura Militar, tais implicações aos responsáveis nunca aconteceram e, no caso do Aduino Botelho em Goiânia, é visível o esforço em se demolir o prédio, ressignificar o espaço e construir uma nova narrativa sobre a saúde mental através da construção de um novo hospital. O que há de mal neste processo? A falta de reflexão sobre aquilo que se propunha na luta Antimanicomial, de que não bastava uma mudança na estrutura física, era preciso transformar a psiquiatria e a relação das instituições com a sociedade eliminando a grande internação e devolvendo a dignidade aos usuários dos serviços de saúde mental.

Nessa disputa de forças, o Fórum Goiano de Saúde Mental, não conseguiu garantir o tomba-

mento do prédio e a demolição deu lugar ao Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, apenas um pedaço do muro do Adauto Botelho foi deixado atrás das grades da nova instituição. Não se promoveu reflexão, não se promoveu debate, não se buscou garantir a memória da saúde mental no estado de Goiás, garantindo uma narrativa oficial sobre a saúde que não contempla o manicômio Adauto Botelho.

A importância da preservação do patrimônio sensível está na possibilidade pedagógica, nos debates que ele permite levantar a partir da sua presença incômoda. Os questionamentos sociais auxiliam não apenas avaliar o passado, mas problematizá-lo de tal maneira a orientar sobre o presente, garantindo que as diversas experiências possam ser levadas em consideração.

No entanto, não foi o que aconteceu em Goiás devido ao esforço em promover o esquecimento classificando aquelas vivências como algo “deprimente”, porém, as intenções em tornar a narrativa sobre a saúde asséptica, estavam muito mais orientadas no sentido de proteger os dirigentes e a figura do Estado, que de fato se encontram no próprio passado.

Referências

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

CASARIN, Thiago da Cunha Martins & CASTRIOTA, Leonardo Barci. PERSPECTIVAS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO SENSÍVEL: Abordagens iniciais. In.: Anais do 11º Mestres e Conselheiros – Formação para o Patrimônio. Belo Horizonte MG 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. IDEOLOGIA, MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS LUGARES. In.: *Revista Binacional Brasil Argentina*. Vitória da conquista, v. 03, nº 01, p. 25-39, Junho/2014.

FEITAS, Fernanda Silva de. Adauto Junqueira Botelho e a “Assistência a Psicopatas” no Brasil (1938-1958). Dissertação de Mestrado Apresentada no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

NEVES, Deborah Regina Leal. DOI-CODI II EXÉRCITO: A Experiência de Preservação de um Patrimônio Sensível. *Revista Contenciosa*, Ano VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011 Dossiê Ditadura Militar no Brasil

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In.: *Revista Projeto História*, São Paulo (10) Dez. 1993.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Ed. Unicamp, 2. ed. 2011, Campinas SP.

PAULA, É. M. . Medicina e Modernidade: A Institucionalização da Medicina em Goiás. SEMI-NA (UPF) , v. 17, p. 167-183, 2019.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. TURISMO, PROPAGANDA E PATRIMÔNIO NO BRASIL: Um encontro à luz de fragmentos da correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945). Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2018.

Jornais

O Popular, 28/05/1995

_____, 22/09/1995

_____, 08/11/1995

_____, 20/12/1995

_____, 23/05/1996

_____, 29/05/1996

_____, 14/06/1997

_____, 08/08/1997

_____, 06/03/1999

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do *et al.* Dengue: uma sucessão de epidemias esperadas. In: _____; CARVALHO, Diana Maul (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010, p. 211-231.

_____. et al. O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos*, Revista de História da Ciência, n. 6, p. 31-47. 2018.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; MOTTA, Davi da Silva; MARINHO, Dayane. Epidemia de dengue 1986 – Contexto e consequências. *Observatório da Saúde*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://observatoriodasauderj.com.br/epidemia-de-dengue-de-1986-contexto-e-consequencias/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PAULA, Eduardo Vedor. *Dengue: uma análise climato-geográfica de sua manifestação no estado do Paraná (1993-2003)*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MARQUES, Mayra de Souza; ARAUJO, Valdei Lopes.

Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

ROSENBERG, Charles E. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine.* Cambridge University Press, 1992.

SCHATZMAYR, Hermann G.; BARTH, Ortrud Monika. Bioterrorismo e microrganismos patogênicos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n.4, out.-dez. 2013, p. 1735-1749.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual - estrutura e anti-estrutura.* Petrópolis, RJ, Vozes, 1974.

Artigo submetido em 05/05/2021

Aceito em 30/06/2021